



Em Reunião Pública da Câmara do Rio, Frente Parlamentar pelos bancos públicos é relançada

No dia 03/02, aconteceu uma Reunião Pública na Câmara dos Vereadores do Rio em defesa da Caixa, onde foi anunciado que a Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos irá retomar as atividades. A ação foi tomada pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), composta por Lindbergh Farias, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara e Tainá de Paula, em parceria com entidades representativas dos empregados. O objetivo da

Frente é reforçar a importância dos bancos públicos para o Rio de Janeiro, bem como alertar para os prejuízos de seu enfraquecimento e privatização, contando com a participação do prefeito, Eduardo Paes (DEM). O presidente da APCEF/RJ, Paulo Matileti, esteve presente, além de figuras importantes como o presidente da Fenaef, Sergio Takemoto, a representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano e outros.



Prioridade para os bancários na vacinação é pauta na Câmara



A defesa da prioridade dos bancários no Plano Nacional de Vacinação vem sendo pautada frequentemente pelas entidades representativas da categoria, e agora virou pauta também na Câmara. O recém-eleito vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), defendeu que os bancários devem ser inclusos como grupos prioritários, por atuarem na

linha de frente do pagamento do auxílio emergencial, caso o benefício seja retomado (e lutamos para que seja). É um avanço nessa questão que consideramos crucial, uma vez que a categoria dos bancários deve ser colocada como um setor essencial na fila de imunização por conta do seu trabalho importantíssimo para todos os brasileiros e da sua exposição constante.

Depois de muitas reivindicações, CCV é renovada

A Comissão de Conciliação Voluntária (CCV), cujo acordo estava vencido desde dezembro de 2020, foi finalmente renovada no último dia 09. Assinada pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), a CCV é mais uma vitória fruto de muita reivindicação dos empregados e entidades representativas da categoria desde a Campanha Nacional do ano passado. O novo acordo tem validade até 31 de dezembro de 2022. Trata-se de um importante instrumento para a reivindicação dos direitos por parte dos empregados, através do qual as demandas dos trabalhadores podem ser definidas sem ação judicial e com acompanhamento das entidades sindicais.

